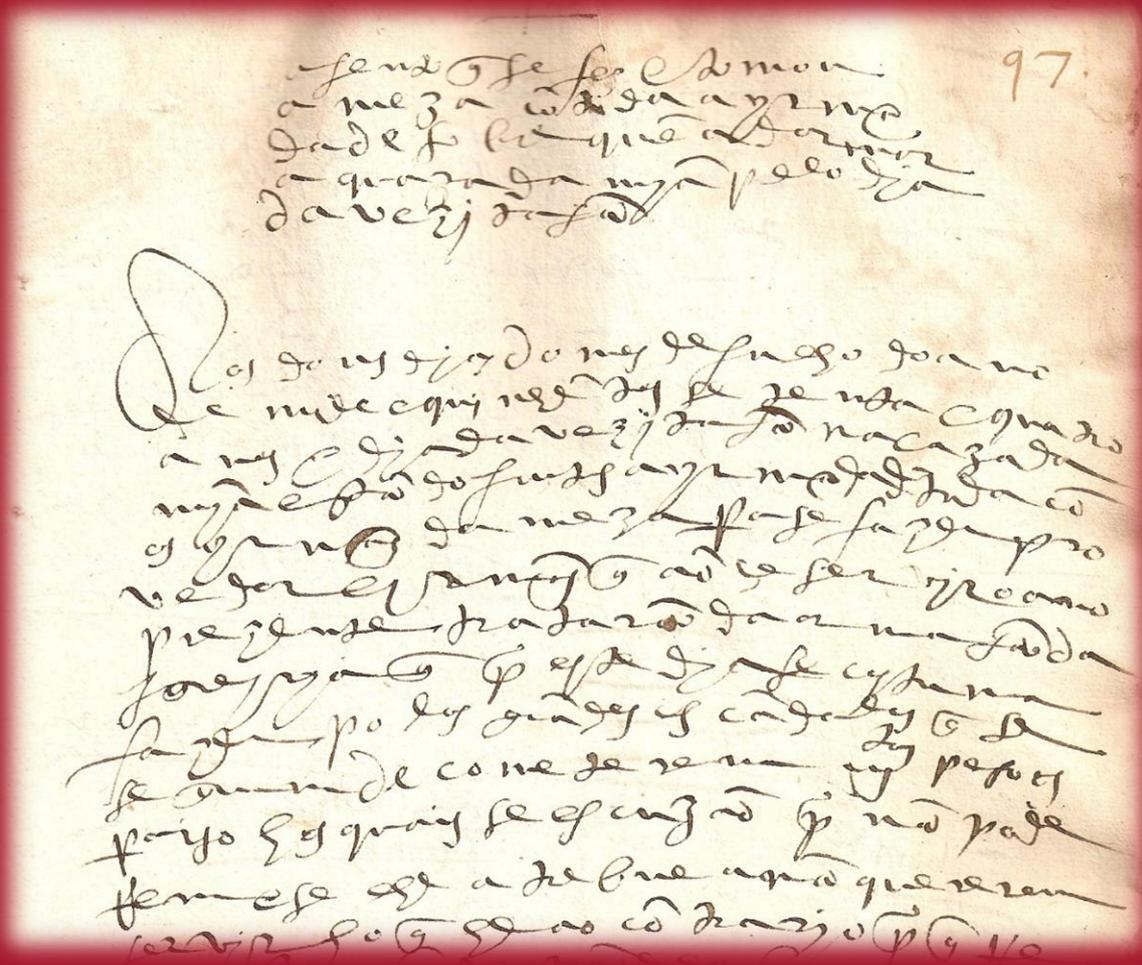


Guia Geral dos Fundos Documentais

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALMADA



Guia Geral dos Fundos Documentais

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALMADA

Na Capa: Assento sobre a ornamentação da casa para o dia da festa de Visitação (Pormenor)
2 de julho de 1564

Índice

Introdução	1
Santa Casa da Misericórdia de Almada [F]	2-7
Outros fundos	
Alvará de providências a favor do hospital Real de Todos-os-Santos [F].....	7-9
Venerável Ordem Terceira do Carmo [F].....	10-12
Santa Casa da Misericórdia de Nossa Senhora do Monte de Caparica [F]	12-13
Irmandade de Nossa Senhora da Assunção [F]	13-14
Confraria de Nossa Senhora da Conceição [F]	15-16
Real Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja dos Anjos [F]	16-17
Regulamentos de hospícios [F]	17-19
União das Misericórdias Portuguesas [F]	20-21
Obra Social do Porto Brandão [F]	21-23
Coleções	
Recortes de Imprensa	23-24
Legislação Portuguesa	24-25

Abreviaturas

Cd. - Caderno

Fragm. - Fragmento

Fl. - Fólio

F. - Fundo

Liv. - Livros

Mç. - Maços

Mct. - Macete

Proc. - Processo

SC - Secção

SR - Série

SSC - Subsecção

SSR - Subsérie

Siglas

PT - Portugal

AHMA - Arquivo histórico da Misericórdia de Almada

Introdução

O Guia é um instrumento de descrição arquivística que fornece informações básicas sobre um Arquivo, os seus Fundos e Coleções.

No Guia de fundos documentais que aqui apresentamos, fazemos a descrição do Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Almada (SCMA), sendo este o de maiores dimensões e incluímos igualmente duas coleções e outros nove fundos existentes no seu Arquivo Histórico, que não tendo relação direta com a vida da instituição, se encontram no acervo.

A informação disponibilizada refere-se à identificação da entidade produtora e elementos de cada conjunto documental, nomeadamente: códigos de referência, nome do produtor, datas de produção da documentação, dimensão (número e tipo de unidades de instalação) história administrativa ou biográfica de cada entidade produtora, quadros de classificação, entre outros elementos relevantes.

Sendo a SCMA, a mais antiga Instituição almadense e, por isso mesmo, testemunha de mais de quatro séculos da vivência e memória de acontecimentos, práticas, costumes, mentalidades e um repositório de relações sociais e humanas, que marcaram e ainda marcam a vida de Almada, a sua documentação abrange um longo período, que vai desde os finais do século XV, com documentação anterior à sua fundação em 1555, até à atualidade. Por conseguinte, o tratamento arquivístico dado a esta documentação, teve como principal objetivo a organização, o conhecimento e o estudo do acervo documental.

Como resultado, verificou-se uma predominância de documentos referentes à gestão patrimonial, financeira e de assistência médica e social da Santa Casa, visível nos registos de compras, vendas, foros, arrendamentos, testamentos, dotes e esmolas; nos registos de receitas e despesas, bem como, em diversa documentação administrativa.

De âmbito religioso, surge-nos avultada documentação que atesta o permanente apoio religioso que a instituição prestava à comunidade quer através da realização de funerais, de missas de sufrágio, de devoção e de obrigação da Casa, bem como a instituição de capelas ou a realização de festas e procissões, o que evidencia uma instituição pujante, dinâmica e intrinsecamente ligada à realidade social da então Vila de Almada e seus termos.

Em suma, com a apresentação deste instrumento de descrição documental aos investigadores e público em geral, a SCMA assume-se como uma instituição empenhada em salvaguardar o seu acervo histórico, promovendo-o e protegendo-o para as gerações vindouras.

Paula Costa
Santa casa da Misericórdia de Almada
2021

Santa Casa da Misericórdia de Almada [F]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA:

PT/AHMA/SCMA

TÍTULO:

Santa Casa da Misericórdia de Almada

DATA DE PRODUÇÃO:

1415 - 1996

NÍVEL DE DESCRIÇÃO:

Fundo

DIMENSÃO E SUPORTE:

340 u.i. (157 liv., 84 pt., 83 mç., 4 cd., 2 mct., 3 proc. e 7 fragm.); papel e pergaminho

NOME DO PRODUTOR:

Santa Casa da Misericórdia de Almada

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA / BIOGRÁFICA:

A fundação da Confraria de Misericórdia da Vila de Almada, em maio de 1555, por iniciativa de cerca de cento e trinta pessoas naturais ou moradores da vila de Almada. A sua fundação algo tardia, tendo em conta a proximidade com a sua congénere de Lisboa, poderá advir do facto de que na Vila de Almada já existirem outras onde os irmãos se entreajudavam e mesmo após a fundação da Irmandade da Misericórdia de Almada, muitos dos seus irmãos eram também confrades de outras confrarias, como a Confraria do Santíssimo Nome de Jesus, que aparece também com a designação de Confraria do Nome de Deus, em que já antes de 1555 o primeiro provedor e um dos fundadores da Irmandade da Misericórdia, Francisco de Sousa Tavares, aparece como mordomo e em 1558 como tesoureiro da mesma, bem como Paulo Arrais de Mendonça e Pero Carneiro que serviram na mesa interina de 1555 a 1556.

Desde os primórdios da sua existência, estiveram ligados à Misericórdia de Almada personalidades como D. João de Abranches, D. João de Portugal, Manuel de Sousa Coutinho, o "Frei Luís de Sousa", o cronista-mor do reino Francisco D'Andrada, Diogo de Paiva de Andrada, sobrinho homónimo do célebre teólogo, Fernão Mendes Pinto, que exerceu o cargo de mamposteiro da gafaria de S. Lázaro de Cacilhas e da albergaria de Santa Maria. Alguns dos conjurados de 1640 como D. António Álvares da Cunha e D. Álvaro de Abranches da Câmara, entre outras destacadas figuras da nossa história.

À semelhança de outras do reino, os irmãos da confraria propunham-se praticar as 14 obras de misericórdia corporais e espirituais, norteando deste modo todo o seu proceder de acordo com as mesmas. Os irmãos visitavam os doentes no hospital da vila e iam a casa dos pobres envergonhados. Visitavam também os presos pobres e pagavam as importâncias necessárias para a sua libertação, encarregavam-se da sua defesa; socorriam-nos em caso de doença e cuidavam para que se confessassem e comungassem. Cuidava dos meninos desamparados que tinham ficado órfãos em tenra idade, pagando a amas-de-leite para os alimentar até ao desmame e amparava-os nos primeiros anos de vida e recolhia também as órfãs da vila. Na prática da caridade, os enterros assumiam uma importância primordial entre as obras de misericórdia.

Cumprindo as obras espirituais, o capelão da igreja da Misericórdia, celebrava missas pelos irmãos defuntos, pelos benfeitores e as missas obrigatórias do calendário litúrgico. Ao longo dos séculos seguintes a Santa Casa da Misericórdia de Almada interveio ativamente na assistência aos mais necessitados do Concelho de Almada e arredores, adaptando-se às realidades e circunstâncias da sociedade da época. Chegando aos alvares do século XX, o amparo aos pobres e desavindos da sociedade é efetivada no

transporte de doentes para hospitais e na distribuição de roupas aos miseráveis, jantar e esmolas aos presos, esmolas para pobres, enterramento de indigentes, etc.

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA:

O arquivo detém toda a documentação produzida no âmbito das suas funções desde a sua fundação até à atualidade. A documentação anterior à fundação da Santa Casa da Misericórdia referente à administração da gafaria de S. Lázaro em Cacilhas e à albergaria de Santa Maria foi posteriormente integrada na recém-criada confraria. Documentação da série Hospital da Misericórdia, foi incorporada após a extinção do antigo hospital distrital de Almada e a criação do hospital Garcia de Orta.

ÂMBITO E CONTEÚDO:

O Fundo da S.C.M.A. contém documentos estatutários, livros de atas e dos acórdão e deliberações da mesa; documentos de eleições da Mesa Administrativa, Junta de Definitório, capelães, mordomos, mamposteiros das albergarias. Registo de aceitação de irmãos; documentos de escrituras, testamentos, administração de capelas e legados pios; documentos relacionados com administração de propriedades; assistência, esmolas, tratamento de doentes, dotes a órfãs, registos de despesas e receitas, óbitos, serviços de capelania e outra documentação vária.

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO:

O arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Almada está organizado de uma forma temática, funcional e cronológica. É composto por secções, subsecções, séries e subséries.

CONDIÇÕES DE ACESSO:

A documentação pode ser consultada, mediante contacto prévio. A consulta está sujeita à autorização do Provedor.

CONDIÇÕES DE REPRODUÇÃO:

Constantes no regulamento do arquivo histórico. A reprodução dos documentos dependerá do estado de conservação e do propósito a que se destina. Em todo o caso, os serviços do arquivo analisarão sempre a melhor solução.

IDIOMAS E ESCRITAS:

Português, latim

CARACTERÍSTICAS FÍSICAS E REQUISITOS TÉCNICOS:

O Fundo contém alguns volumes que se encontram em mau estado de conservação, o que poderá implicar restrições à consulta dos mesmos. O serviço do arquivo encontrará sempre a solução adequada, caso a caso.

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO:

Guia, inventário

NOTA DO ARQUIVISTA:

Descrição elaborada por Paula Costa (S.C.M.A.), com base em informação recolhida em fases de trabalhos anteriores. Fundo com tratamento arquivístico em curso.

REGRAS E CONVENÇÕES:

Orientações para a Descrição Arquivística. 3ª Versão. Lisboa. DGARQ, 2011.

DATA DA DESCRIÇÃO:

2020-2021

Quadro de Classificação

SC/ A/ CONSTITUIÇÃO E REGULAMENTAÇÃO

SR: 01 Compromisso e Estatutos (2 liv. e 2 cad.) **1637-1960**

SC/ B/ ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

- SR: 01** Atas da Mesa (15 liv. e 1 pt.) **1851-1976**
- 02** Acórdãos e deliberações da Mesa (4 liv. e 1 pt.) **1564-1867**
- 03** Editais, avisos e ordens da Mesa (1 mct. e 2 pt.) **1839-1932**
- 04** Correspondência (2 liv., 2 mç. e 3 pt.) **1839-1983**

SC/ C/ GESTÃO FINANCEIRA

SSC/ A/ Receita e despesa

- SR: 01** Receitas e despesas (20 liv., 2 mç., 2 pt., 2 fragm. e 1 cad.) **1528-1967**
- 02** Receitas (9 liv., 4 pt. e 2 fragm.) **1587-1933**
- 03** Despesas (9 liv., 6 pt., 1 mct. e 3 fragm.) **1587-1936**
- 04** Despesas com obras na igreja (1 pt.) **1755-1865**
- 05** Ordens de pagamento (5 liv., 4 pt. e 6 mç.) **1775-1939**
- 06** Recibos do tesoureiro (4 liv., 7 mç. e 2 pt.) **1738-1879**

SSC/ B/ Conta corrente

- SR: 01** Conta Corrente (3 liv.) **1830-1902**
- 02** Relação das dívidas ativas e passivas (6 liv., 4 pt. e 1 cad.) **1728-1946**
- 03** Certidões e procurações (2 pt.) **1857-1933**

SSC/ C/ Orçamentos e balancetes

- SR: 01** Orçamentos (2 liv. e 4 pt.) **1583-1934**
- 02** Balancetes (3 liv. e pt.) **1927-1946**

SC/ D/ GESTÃO PATRIMONIAL

- SR:** 01 Escrituras (12 liv. e 20 pt.) **1415-1992**
- 02 Inventários (3 liv. e 5 pt.) **1610-1848**
- 03 Sentenças (18 mç., 2 pt. e 1 fragm.) **1702-1856**
- 04 Arrematação e alienação de bens (1 pt.) **1906-1907**
- 05 Legados Pios (31 liv. e 2 pt.) **1534-1880**
- SSR:** 01 Testamentos
- 02 Administração de bens de capela
- 06 Outros documentos de gestão patrimonial (1 pt.) **1743-1846**
- 07 Estudos, plantas e projetos (20 docs.) **?-2003**

SC/ E/ GESTÃO DE PESSOAL

- SR:** 01 Termo de Eleições (5 liv.) **1587-1973**
- 02 Registo de Irmãos (6 liv. e 2 pt.) **1685-1976**
- 03 Funcionários da Misericórdia (2 liv. e 1 proc.) **1830-1980**
- SSR:** 01 Subvenções e vencimentos

SC/ F/ ASSISTÊNCIA MÉDICA E SOCIAL

SSC/ A/ Assistência médica

- SR:** 01 Hospital da Misericórdia de Almada (1 liv. e 1 mç. e 5 pt.) **1961-1983**
- SSR:** 01 Inventário do Hospital da Misericórdia de Almada
- SSR:** 02 Separação do hospital distrital de Almada e a Misericórdia de Almada
- 02 Tratamento de doentes (24 liv., 1 pt. e 1 mç.) **1903-1976**
- 03 Cartas de Guia (4 liv. e 20 mç.) **1855-1899**

SSC/ B/ Assistência social

- SR:** 01 Visitas a pobres (7 liv. e 2 mç.) **1577-1909**
- 02 Atestados de pobreza (13 mç. e 2 cad.) **1849-1909**
- 03 Esmolas (2 liv., 11 mç. e 2 proc.) **1853-1960**

- 04 Dotes (2 liv. e 5 pt.) 1769-1904
05 Assistência aos presos da vila (1 pt.) 1905-1910

SC/ G/ SERVIÇO DE CAPELANIA

- SR: 01 Mordomos de capela (11 liv. e 2 pt.) 1626-1939
02 Missais (2 liv.) 1801-1905

SC/ H/ FESTAS DA CASA

- SR: 01 Procissões e Festas (2 liv.) 1671-1911

SC/ I/ TOMOS DE PAPÉIS VÁRIOS

- SR: 01 Tomos de papéis vários (14 liv.) 1422-1830

OUTROS FUNDOS

Alvará de providências a favor do hospital Real de Todos-os-Santos [F]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA:

PT/AHMA/Alvará de providências a favor do hospital Real de Todos-os-Santos

TÍTULO:

Alvará de providências a favor do hospital Real de Todos-os-Santos

DATA DE PRODUÇÃO:

1604; 1614

NÍVEL DE DESCRIÇÃO:

Fundo

DIMENSÃO E SUPORTE:

1 doc.; papel

NOME DO PRODUTOR:

Chancelaria de D. Filipe II. Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA / BIOGRÁFICA:

Desconhece-se a História administrativa / biográfica desta documentação



EM CARTA DE SUA
MAGESTADE DE VINTE

Cinco de Junho de 1604.

VI HVMA CONSVLTA DO DESEMBARGO
Do Paço, & vosso parecer sobre as petições dos Prouedores, & Ir-
mãos de algũas Misericordias do Reyno na materia das contas, &
mandey se lhe tomassem pelos Prouedores das Comarcas, & con-
mandome com o vltimo voto della. Ey por bem, q̃ esta materia se torne a ver-
dito desembargo, onde se tratara della com muita consideração, & tẽdo se ref-
to a se encaminhar de maneira, que sem se ordenar nisto o que conuier, não re-
io os Ministros tras ditas Misericordias justa causa de se escandalizar, & perder
uação com que se seruem nellas, & ordenareis que se faça consulta do que so-
isto parecer que me enuiareys com o vosso pera eu mandar o que ouer,
mais seruiço de Deos, & meu. E entre tanto fareis suspender as ditas contas.

Christouão Soares.

*Dom m... da p... e...
...
...
...
...
...*

Fig. 2 - Carta de Sua Magestade de vinte e cinco de junho de 1604, fl.2

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA:

Desconhece-se a História custodial e arquivística desta documentação

ÂMBITO E CONTEÚDO:

Trata-se de dois documentos apensos, um referente a uma carta do Rei pedindo que se suspendesse os pedidos de contas tomadas pelos Provedores das comarcas às respetivas Misericórdias, a fim do assunto de ser analisado melhor pelo Desembargo do Paço. E o outro documento refere-se a uma petição do Provedor e Irmãos da Misericórdia e Hospital Real de Todos os Santos, ao rei queixando-se que não estavam a receber as esmolas dos encargos pios e dos defuntos, que seriam de tanto proveito para os pobres e enfermos, por descuido dos oficiais de capelas. O alvará vem obrigar os oficiais das capelas a escreverem em dois livros, todos os testamentos, capelas e instituições de morgados com encargos pios, missas e esmolas que anualmente se cumpririam.

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO:

O fundo está organizado em uma pasta por ordem cronológica.

CONDIÇÕES DE ACESSO:

A documentação pode ser consultada, mediante contacto prévio. A consulta está sujeita à autorização do Provedor.

CONDIÇÕES DE REPRODUÇÃO:

Constantes no regulamento do arquivo histórico. A reprodução dos documentos dependerá do estado de conservação e do propósito a que se destina. Em todo o caso, os serviços do arquivo analisarão sempre a melhor solução.

IDIOMA E ESCRITA:

Português

CARACTERÍSTICAS FÍSICAS E REQUISITOS TÉCNICOS:

O documento está em mau estado de conservação, o que poderá implicar restrições à consulta do mesmo. O serviço do arquivo encontrará sempre a solução adequada, caso a caso.

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO:

Guia, inventário

NOTAS DO ARQUIVISTA:

Fundo com tratamento arquivístico em curso. Descrição em fase de revisão.

REGRAS E CONVENÇÕES:

Orientações para a Descrição Arquivística. 3ª Versão. Lisboa. DGARQ, 2011.

DATA DA DESCRIÇÃO:

2020-2021

Quadro de Classificação

Alvará de providências a favor do hospital Real de Todos os Santos [F]

1604; 1614

Alvará de providências a favor do hospital Real de Todos os Santos (1 pt.)

Venerável Ordem Terceira do Carmo [F]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA:

PT/AHSCMA/ VOTC

TÍTULO:

Venerável Ordem Terceira do Carmo

DATA DE PRODUÇÃO:

1735-1807

NÍVEL DE DESCRIÇÃO:

Fundo

DIMENSÃO E SUPORTE:

1 liv. e 1 doc.; papel

NOME DO PRODUTOR:

Venerável Ordem Terceira do Carmo

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA / BIOGRÁFICA:

A Venerável Ordem Terceira do Carmo é um ramo da Ordem do Carmo, composta maioritariamente por homens e mulheres leigos, que estão ligados espiritualmente aos restantes membros da Ordem do Carmo. A criação da Ordem Terceira do Carmo, está ligada a São Simão Stock que recebeu, em visão, o Escapulário das mãos de Nossa Senhora, com a promessa de graças que seriam atribuídas aos confrades que o usassem com devoção. Entre as promessas de Nossa Senhora do Monte Carmelo estava ao livramento do fogo do inferno, mediante, claro está, uma vida em estado de graça, ou seja, sem pecado mortal.

Esta devoção mariana começou a ser difundida pelo mundo inteiro, por São Simão Sotck. Foi ele, inclusive, o responsável pela divulgação e outorga das graças do Escapulário igualmente aos leigos. Foi, no entanto, o Beato João Soreth que obteve do Papa a aprovação dos estatutos legais e o reconhecimento da venerável Ordem Terceira do Carmo.

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA:

Após o terremoto de 1 de novembro de 1755 a venerável Ordem Terceira do Carmo, privada do espaço onde estava estabelecida, que seria na igreja de S. Sebastião, pediu à Misericórdia para permanecer na igreja, até as obras de reconstrução estarem concluídas. Nesse processo de transição, assume-se que alguma documentação tenha ficado esquecida no cartório da Misericórdia de Almada.

ÂMBITO E CONTEÚDO:

Livro de professos da ordem e de tomada do hábito e Certidão de tomada de hábito da Ordem Terceira do Carmo, de Hermínia Inácia.

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO:

Fundo organizado cronologicamente composto por 1 livro e 1 pasta.

CONDIÇÕES DE ACESSO:

A documentação pode ser consultada, mediante contacto prévio. A consulta está sujeita à autorização do Provedor.



OS 2 do mez de *de Setembro* do anno de 1735
 entrou por Irma da Veneravel Ordem Terceira
 de nossa Senhora do MONTE DO CARMO
 desta Villa de Almada, e recebeu o Sagrado Es-
 capulario da mesma Senhora *Diomita Josefa de*
religiosa do Pragal, e pagou de sua entrada a quan-
 tia de *sescentos* de que fiz este Assento, que
 assigney. *y librança*

O Secretario

Petro de Albuquerque de Paiva

Professou a sobredita em 13 do mez de *de Setembro* do anno de
 1737, satisfez a quantia de *sescentos* e se lhe passou sua Patente,
 de que fiz este Termo, que assigney.

O Secretario

Petro de Albuquerque de Paiva



OS 2 do mez de *de Setembro* do anno de 1736
 entrou por Irma da Veneravel Ordem Terceira
 de nossa Senhora do MONTE DO CARMO
 desta Villa de Almada, e recebeu o Sagrado Es-
 capulario da mesma Senhora *Luiza Josefa de*
religiosa do Pragal, e pagou de sua entrada a quan-
 tia de *sescentos* de que fiz este Assento, que
 assigney. *y librança*

O Secretario

Petro de Albuquerque de Paiva

Professou a sobredita em 13 do mez de *de Setembro* do anno de
 1737, satisfez a quantia de *sescentos* e se lhe passou sua Patente,
 de que fiz este Termo, que assigney.

O Secretario

Petro de Albuquerque de Paiva

Fig. 3 - Livro de professores da Ordem terceira do Carmo, fl. 1

CONDIÇÕES DE REPRODUÇÃO:

Constantes no regulamento do arquivo histórico. A reprodução dos documentos dependerá do estado de conservação e do propósito a que se destina. Em todo o caso, os serviços do arquivo analisarão sempre a melhor solução.

IDIOMAS E ESCRITAS:

Português

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO:

Guia, inventário

NOTAS:

Descrição em fase de revisão.

REGRAS E CONVENÇÕES:

Orientações para a Descrição Arquivística. 3ª Versão. Lisboa. DGARQ, 2011.

DATA DA DESCRIÇÃO:

2020-2021

Quadro de Classificação

Venerável Ordem Terceira do Carmo [F]

1735 – 1803

Livro de professos da Ordem terceira do Carmo (1 liv.)

Certidão de tomada de hábito da Ordem Terceira do Carmo (1 pt.)

Santa Casa da Misericórdia de Nossa Senhora do Monte de Caparica

CÓDIGO DE REFERÊNCIA:

PT/AHSCMA/SCMMC

TÍTULO:

Santa Casa da Misericórdia de Nossa Senhora do Monte de Caparica

DATA DE PRODUÇÃO:

1749-1850

NÍVEL DE DESCRIÇÃO:

Fundo

DIMENSÃO E SUPORTE:

1 liv.; papel

NOME DO PRODUTOR:

Santa Casa da Misericórdia de Nossa Senhora do Monte de Caparica

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA / BIOGRÁFICA:

Desconhece-se a história administrativa e biográfica desta documentação

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA:

Desconhece-se a história custodial e arquivística desta documentação

ÂMBITO E CONTEÚDO:

Registo de assuntos relacionados com disposições testamentárias

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO:

Fundo organizado cronologicamente composto por 1 livro

CONDIÇÕES DE ACESSO:

A documentação pode ser consultada, mediante contacto prévio. A consulta está sujeita à autorização do Provedor.

CONDIÇÕES DE REPRODUÇÃO:

Constantes no regulamento do arquivo histórico. A reprodução dos documentos dependerá do estado de conservação e do propósito a que se destina. Em todo o caso, os serviços do arquivo analisarão sempre a melhor solução.

IDIOMA E ESCRITA:

Português

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO:

Guia, Inventário

NOTA DO ARQUIVISTA:

Descrição em fase de revisão

REGRAS E CONVENÇÕES:

Orientações para a Descrição Arquivística. 3ª Versão. Lisboa. DGARQ, 2011.

DATA DA DESCRIÇÃO:

2020-2021

Quadro de Classificação

Santa Casa da Misericórdia do Monte da Caparica [F]

1749-1850

Santa Casa da Misericórdia de Nossa Senhora do Monte de Caparica (1 liv.)

Irmandade de Nossa Senhora da Assunção

CÓDIGO DE REFERÊNCIA:

PT/AHMA/INSA

TÍTULO:

Irmandade de Nossa Senhora da Assunção

DATA DE PRODUÇÃO:

1843-1847

NÍVEL DE DESCRIÇÃO:

Fundo

DIMENSÃO E SUPORTE:

2 doc.; papel

NOME DO PRODUTOR:

Irmadade de Nossa Senhora da Assunção

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA / BIOGRÁFICA:

Sabe-se que a irmandade de Nossa Senhora da Assunção foi instituída em 1527, apesar de só em 1587 ter o seu compromisso aprovado. Esteve vinculada à Igreja de Santa Maria do Castelo, que também era conhecida por Nossa Senhora da Assunção sita na vila de Almada.

Com o terramoto de 1755 a igreja foi destruída. Porém, em 1758 a irmandade viria a estabelecer-se na Ermida do Espírito Santo em Almada.

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA:

Desconhece-se a história custodial e arquivística desta documentação

ÂMBITO E CONTEÚDO:

Constituído por dois documentos de receita e despesa

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO:

Fundo organizado cronologicamente composto por 1 pasta

CONDIÇÕES DE ACESSO:

A documentação pode ser consultada, mediante contacto prévio. A consulta está sujeita à autorização do Provedor.

CONDIÇÕES DE REPRODUÇÃO:

Constantes no regulamento do arquivo histórico. A reprodução dos documentos dependerá do estado de conservação e do propósito a que se destina. Em todo o caso, os serviços do arquivo analisarão sempre a melhor solução.

IDIOMAS E ESCRITAS:

Português

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO:

Guia, inventário

NOTA DO ARQUIVISTA

Descrição em fase de revisão

REGRAS E CONVENÇÕES:

Orientações para a Descrição Arquivística. 3ª Versão. Lisboa. DGARQ, 2011.

DATA DA DESCRIÇÃO:

2020-2021

Quadro de Classificação

Irmadade de Nossa Senhora da Assunção [F]

1843-1847

Irmadade de Nossa Senhora da Assunção (1 pt.)

Confraria de Nossa Senhora da Conceição

CÓDIGO DE REFERÊNCIA:

PT/AHMA/CNSC

TÍTULO ATRIBUÍDO:

Confraria de Nossa Senhora da Conceição

DATAS DE PRODUÇÃO:

1847

NÍVEL DE DESCRIÇÃO:

Fundo

DIMENSÃO E SUPORTE:

1 liv.; papel

NOME DO PRODUTOR:

Confraria de Nossa Senhora da Conceição

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA / BIOGRÁFICA:

Esta irmandade que se crê ter sido instituída em 1565 na vila de Almada, estava incumbida do culto e celebração da festividade em honra de Nossa Senhora da Conceição.

O culto da Imaculada Conceição foi instituído em Portugal a 17 de outubro de 1320, pelo bispo de Coimbra D. Raimundo Evrard, na Sé Velha. Sabe-se que o culto à Imaculada Conceição da Virgem Maria era bastante antigo em regiões como a França e até mesmo Inglaterra.

Mas foi somente em 8 de dezembro de 1854, através da bula *Ineffabilis* do Papa Pio IX, que foi estabelecido o dogma da Imaculada Conceição da Virgem Maria. Esta verdade de fé ganha especial relevância quando em 1858, a Santíssima Virgem Maria aparece em Lourdes, à vidente Bernadette Soubirous sob a invocação da Imaculada Conceição, o que confirmou não só a credibilidade das aparições, mas também o dogma pronunciado quatro anos antes.

Em Portugal, a 25 de março de 1646, D. João IV dirigiu-se a Vila Viçosa, a fim de agradecer a Nossa Senhora a Restauração da Independência de Portugal em relação a Espanha, ocorrida seis anos antes. Nesse dia, em cerimónia solene, el Rei D. João IV coroou a imagem de Nossa Senhora da Conceição, proclamando-a Padroeira e Rainha de Portugal. Desde então, mais nenhum rei português usou coroa na cabeça em cerimónias oficiais, colocando-a antes ao lado, sobre uma almofada.

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA:

Desconhece-se a história custodial e arquivística desta documentação

ÂMBITO E CONTEÚDO:

Receitas e despesas da confraria efetuadas com esmolas, assistência aos presos, procissões, pagamentos ao capelão, orçamentos etc.

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO:

O fundo está organizado por ordem cronológica.

CONDIÇÕES DE ACESSO:

A documentação pode ser consultada, mediante contacto prévio. A consulta está sujeita à autorização do Provedor.

IDIOMA E ESCRITA:

Português

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO:

Guia, inventário

REGRAS OU CONVENÇÕES:

Orientações para a Descrição Arquivística. 3ª Versão. Lisboa. DGARQ, 2011.

DATA DA DESCRIÇÃO:

2020-2021

Quadro de Classificação

Confraria de Nossa Senhora da Conceição [F]

1847

Confraria de Nossa Senhora da Conceição (1 liv.)

Real Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja dos Anjos

CÓDIGO DE REFERÊNCIA:

PT/AHMA/RISSIA

TÍTULO ATRIBUÍDO:

Real Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja dos Anjos

DATAS DE PRODUÇÃO:

1852-1853

NÍVEL DE DESCRIÇÃO:

Fundo

DIMENSÃO E SUPORTE:

1 pt.; papel

NOME DO PRODUTOR:

Real Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja dos Anjos

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA / BIOGRÁFICA:

Irmandade do Santíssimo Sacramento teve a sua origem na Idade Média e está relacionada com a devoção à Sagrada Eucaristia e à festa de Corpus Christi, que foi instituída pelo Papa Urbano IV em 1264.

A autorização canônica desta Irmandade foi dada pelo Papa Paulo III, a 30 de novembro de 1539, através da Bula *Dominus Noster Jesu Christi*, que lhe concedia diversos privilégios e indulgências.

Em Portugal, sabe-se que em 1403 já existia na Arquidiocese de Braga a Confraria do Corpo de Deus, e que a mesma reunia naquele ano mais de cem irmãos.

Em 1540 o arcebispo de Braga Cardeal-Rei D. Henrique obteve autorização para que na sua Diocese se tivesse os mesmos privilégios da Irmandade em Roma. A Irmandade do Santíssimo Sacramento ficou associada à realeza espalhando-se, depois pelos territórios portugueses.

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA:

Desconhece-se a História custodial e arquivística desta documentação

ÂMBITO E CONTEÚDO:

Constituído por uma pasta com pagamentos feitos de Misericórdia de Almada à Irmandade do Santíssimo Sacramento da igreja dos Anjos.

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO:

Fundo organizado cronologicamente.

CONDIÇÕES DE ACESSO:

A documentação pode ser consultada, mediante contacto prévio. A consulta está sujeita à autorização do Provedor.

IDIOMA E ESCRITA:

Português

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO:

Guia, inventário

NOTAS DO ARQUIVÍSTICA:

Fundo em fase de revisão.

REGRAS OU CONVENÇÕES:

Orientações para a Descrição Arquivística. 3ª Versão. Lisboa. DGARQ, 2011.

DATA DA DESCRIÇÃO:

2020-2021

Quadro de Classificação

Real Irmandade do Santíssimo Sacratíssimo da Igreja dos Anjos [F]

1852 – 1853

Real Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja dos Anjos (1 pt.)

Regulamentos de hospícios

CÓDIGO DE REFERÊNCIA:

PT/AHMA/RGH

TÍTULO ATRIBUÍDO:

Regulamentos de hospícios

DATAS DE PRODUÇÃO:

1871-1874

NÍVEL DE DESCRIÇÃO:

Fundo

*Alto Conselho do Supremo Commandador Civil de
Faro*

PROVIDENCIAS

E

REGULAMENTO GERAL

PARA A

ADMINISTRAÇÃO DOS HOSPÍCIOS D'EXPOSTOS OU EQUIPARADOS

DO

DISTRICTO DE VIZEU.



VIZEU
IMPRESA DO GOVERNO CIVIL.

1871

Fig. 3 - Regulamento Geral para a Administração dos hospícios d'expostos ou equiparados do distrito de Viseu

DIMENSÃO E SUPORTE:

2 docs.; papel

NOME DO PRODUTOR:

Governador civil de Viseu; Comissão inspetora da roda-hospício do Distrito de Bragança

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA / BIOGRÁFICA:

No séc. XIX a situação dos Expostos, isto é, das crianças abandonadas nas Rodas, se torna verdadeiramente catastrófica, e a sua administração passa para a alçada do poder central, através do Decreto de 19 de setembro de 1836, que foi mais tarde recuperado pelo Código Administrativo de 1842. Desta forma, são as autoridades municipais que passam a deter a fiscalização as deliberações a eles respeitantes. É ao Governo Civil e à Junta Geral que os concelhos passam a enviar periodicamente a documentação respeitante à roda dos expostos.

No entanto, em 1867, o Decreto de 21 de novembro, vem extinguir as Rodas e a instituir os Hospícios, que passam não só a receber os expostos, mas também outras crianças abandonadas, nomeadamente as com pais identificados. E pese embora a sua revogação a 20 de março de 1868, este continuou a ter utilidade, pois na falta de uma Legislação, as Juntas Gerais continuaram o serviço de assistência à infância, suprimindo gradualmente as Rodas, Processo esse que durou ainda algumas décadas.

No distrito de Viseu as rodas existentes foram sendo extintas e em seu lugar foram criados dois Hospícios de Expostos, que passaram a servir os anteriores círculos de expostos existentes em Lamego e Viseu.

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA:

Desconhece-se a História custodial e arquivística desta documentação

ÂMBITO E CONTEÚDO:

Providências de regulamento geral para a administração dos hospícios d'expostos ou equiparados do distrito de Viseu; Relatório anual da comissão inspetora da Roda-hospício do Distrito de Bragança.

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO:

O fundo está organizado por ordem cronológica.

CONDIÇÕES DE ACESSO:

A documentação pode ser consultada, mediante contacto prévio. A consulta está sujeita à autorização do Provedor.

IDIOMA E ESCRITA:

Português

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO:

Guia, inventário

NOTA DO ARQUIVISTA:

Descrição em fase de revisão.

REGRAS OU CONVENÇÕES:

Orientações para a Descrição Arquivística. 3ª Versão. Lisboa. DGARQ, 2011.

DATA DA DESCRIÇÃO:

2020-2021

Quadro de Classificação

Regulamentos de hospícios do distrito de Viseu [F]

1871; 1874

Regulamentos de hospícios (1 pt.)

União das Misericórdias Portuguesas

CÓDIGO DE REFERÊNCIA:

PT/AHMA/UMP

TÍTULO ATRIBUÍDO:

União das Misericórdias Portuguesas

DATAS DE PRODUÇÃO:

1924 -1937

NÍVEL DE DESCRIÇÃO:

Fundo

DIMENSÃO E SUPORTE:

3 liv.; papel

NOME DO PRODUTOR:

Misericórdia de Portugal; Amaral Frazão

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA / BIOGRÁFICA:

"A União das Misericórdias Portuguesas (UMP) foi criada em 1976 para orientar, coordenar, dinamizar e representar as Santas Casas de Misericórdia, defendendo os seus interesses e organizando serviços de interesse comum". (in <https://www.ump.pt/Home/uniao/apresentacao/>)

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA:

Desconhece-se a história custodial e arquivística desta documentação.

ÂMBITO E CONTEÚDO:

Constituído por duas séries: Congressos das Misericórdias portuguesas; Manual das Misericórdias portuguesas

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO:

Fundo organizado por ordem cronológica.

CONDIÇÕES DE ACESSO:

A documentação pode ser consultada, mediante contacto prévio. A consulta está sujeita à autorização do Provedor.

IDIOMA E ESCRITA:

Português

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO:

Guia, inventário

NOTA DO ARQUIVISTA:

Fundo em revisão.

REGRAS OU CONVENÇÕES:

Orientações para a Descrição Arquivística. 3ª Versão. Lisboa. DGARQ, 2011.

DATA DA DESCRIÇÃO:

2020-2021

Quadro de Classificação

União das Misericórdias Portuguesas [F]

- SR: 01 Congressos das Misericórdias (2 Lv.) 1924-1929
- 02 Manual das Misericórdias e das demais pessoas coletivas de utilidade pública administrativa (1 Lv.) 1937

Obra Social do Porto Brandão

CÓDIGO DE REFERÊNCIA:

PT/AHMA/OSPB

TÍTULO ATRIBUÍDO:

Obra Social do Porto Brandão

DATAS DE PRODUÇÃO:

1951-1965(?)

NÍVEL DE DESCRIÇÃO:

Fundo

DIMENSÃO E SUPORTE:

1 pt.; papel

NOME DO PRODUTOR:

Obra Social do Porto Brandão

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA / BIOGRÁFICA:

No dia 10 de outubro de 1937 no Colégio dos Inglesinhos em Lisboa, onde estiveram presentes, entre outros, as catequistas do Porto Brandão, reuniram para comunicarem que, para tornar mais frutífera o trabalho que vinham desenvolvendo havia já vários anos, se tornava urgente iniciar em breve a obra do Secretariado da Defesa da Família em Porto Brandão, instituição criada pelo Reverendo Doutor Joseph J. Crowley, com o fim de proteger a mulher grávida, as crianças, lactentes e de idade pré-escolar e o adulto indigente, com amparo médico, alimentação e vestuários, e que pela sua localização ficaria conhecida como Obra Social do Porto Brandão. Foram convidados a participar desta obra de caridade entre outros, o Dr. António Ribeiro Pessoa para o serviço clínico do secretariado.

Em 27 de Maio de 1954, o secretariado reunido na Refinaria Colonial, em Lisboa, local habitual de reunião da mesma, escolheu a nova direção, que foi reeleita ficando assim:

Presidente: António Correia de Sá, Visconde D'Asseca

Tesoureira: Maria da Conceição Moniz Galvão

Secretária: Palmira Maria da Silva Ferreira Lopes, que por insistência de todos continuou como diretora e com todos os poderes que a direção e benfeitores lhe tinham outorgado.

A 25 de Outubro de 1955, surge pela primeira vez S.A.R. a Infanta D. Maria Adelaide de Bragança, como membro da Mesa Administrativa da Obra Social do Porto Brandão, obra única no género no Concelho, muito considerada pelo subsecretário da Assistência que ofereceu de pronto auxílio.

A 17 de Abril de 1956, S.A.R. D. Maria Adelaide de Bragança, apresentou uma carta na qual o Padre Joseph

Crowley a designava presidente da Obra, conforme o art.º 5.º dos Estatutos. A sua designação teve também a concordância de sua Eminência o Cardeal-Patriarca.

Nessa mesma reunião foi apresentado um projeto para os novos Estatutos, bem como a alteração do nome da Obra para Centro de Assistência D. Nuno Álvares Pereira, o qual teve a concordância, por escrito, do fundador da Obra Social, Padre Joseph Crowley.

Foi na ata de 28 de julho de 1956, que aprovaram os novos Estatutos e a nova designação da Secretaria da Defesa da Família que se passaria a chamar de Fundação de Assistência D. Nuno Álvares Pereira para "maior projeção e latitude". Desta instituição fizeram parte entre outras individualidades Joaquim Pedro d'Orey Quintella e António José Piano Júnior que doou à Instituição o espaço físico para esta funcionar.

Situado na Quinta da Azenha, entre a Torre e o Porto Brandão, era uma casa apalaçada do séc. XVIII, que, no entanto, não tinha as condições necessárias ao fim.

A Obra social acolhia crianças desde os 3 anos aos 15 anos de idade, provenientes das zonas mais críticas do concelho de Almada, sobretudo da freguesia de Caparica. Ao todo eram mais de 80 crianças e jovens dos dois sexos.

Frequentavam o ensino primário e em alguns casos a escola técnica; outros aprendiam um ofício e empregavam-se em firmas do concelho. Parte do seu ordenado revertia para a Instituição, a outra parte era para o seu pecúlio, que lhes era entregue quando saíssem da Instituição.

Em 1958 a situação da fundação era agonizante e depois de muitas tentativas falhadas de angariação de fundos para a Obra, as contas começaram a agudizar-se e em 1974, a Obra social passou para a responsabilidade da Direção-geral da Assistência.

Em 1977 é integrada na Misericórdia de Almada, em parte devido às más condições de habitabilidade do edifício onde funcionava, e pelas dificuldades financeiras e administrativas. A integração foi publicada no Diário da República, nº128, III série, de 2 de junho de 1977. Era Provedor da Misericórdia, o Sr. José Brás.

Desde esse ano, a Misericórdia de Almada empreendeu a árdua tarefa de obter meios financeiros, para adquirir um espaço digno para acolher crianças. Assim, em 1979, a firma de construção civil «Parente e Neiva, Lda.» comprometeu-se a vender um prédio que estava a construir na Rua Prof. Egas Moniz, pela quantia de 14.700 contos na moeda antiga.

As verbas para a aquisição do imóvel foram conseguidas junto da Direção-geral da Segurança Social; do Instituto da Família e Ação Social, que doou 12.500 contos entre outros institutos. É nesse edifício que ainda hoje funciona o lar de Jovens «Nuno Álvares Pereira», uma obra única no concelho de Almada.

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA:

A documentação transitou para a custódia da Santa Casa da Misericórdia de Almada, após a incorporação da Fundação D. Nuno Álvares Pereira na Santa Casa da Misericórdia de Almada.

ÂMBITO E CONTEÚDO:

Contém um livro de ata e outros documentos avulsos sobre a vida da Obra Social do Porto Brandão que foi iniciada nos finais dos anos 40 pelo padre inglês Joseph Crowley que mais tarde juntamente com a Infanta D. Maria Adelaide de Bragança, prestavam assistência sobretudo às crianças pobres e mães nas regiões da Caparica e Trafaria. Esta obra social adquiria o estatuto de Fundação com o nome de Fundação D. Nuno Álvares Pereira, da qual é hoje herdeira a Casa de Acolhimento Residencial D. Nuno Álvares Pereira. Contém listagem de benfeitores.

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO:

Fundo organizado por ordem cronológica.

CONDIÇÕES DE ACESSO:

A documentação pode ser consultada, mediante contacto prévio. A consulta está sujeita à autorização do Provedor.

IDIOMA E ESCRITA:

Português

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO:

Guia, inventário

NOTAS DO ARQUIVISTA:

Descrição em fase de revisão.

REGRAS OU CONVENÇÕES:

Orientações para a Descrição Arquivística. 3ª Versão. Lisboa. DGARQ, 2011.

DATA DA DESCRIÇÃO:

2019-2020

Quadro de Classificação

Obra Social do Porto Brandão [F]

1951-1965(?)

Obra Social do Porto Brandão (1 pt.)

COLEÇÕES

Recortes de imprensa

CÓDIGO DE REFERÊNCIA:

PT/AHMA/RDI

TÍTULO ATRIBUÍDO:

Recortes de imprensa

DATAS DE PRODUÇÃO:

1905-1935

NÍVEL DE DESCRIÇÃO:

Coleção

DIMENSÃO E SUPORTE:

3 pt.; Papel

NOME DO PRODUTOR:

Imprensa nacional

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA / BIOGRÁFICA:

Desconhece-se a história administrativa/ biográfica desta documentação.

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA:

Desconhece-se a história custodial de arquivística desta documentação.

ÂMBITO E CONTEÚDO:

Jornais, recortes de artigos de imprensa, ex-libris e outros.

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO:

A coleção está organizada cronologicamente em duas séries denominadas de "Periódicos" e "Ex-libris heráldicos portugueses".

CONDIÇÕES DE ACESSO:

A documentação pode ser consultada, mediante contacto prévio. A consulta está sujeita à autorização do Provedor.

IDIOMA E ESCRITA:

Português

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO:

Guia, inventário

NOTA DO ARQUIVISTA:

Fundo em revisão

REGRAS OU CONVENÇÕES:

Orientações para a Descrição Arquivística. 3ª Versão. Lisboa. DGARQ, 2011.

DATA DA DESCRIÇÃO:

2019-2020

Quadro de Classificação

Recortes de imprensa [Col.]

Periódicos (1 pt.) **1905-1935**

Ex-libris heráldicos portugueses (1 pt.) **1927**

Coleção de legislação portuguesa

CÓDIGO DE REFERÊNCIA:

PT/AHMA/LP

TÍTULO ATRIBUÍDO:

Coleção de legislação portuguesa

DATAS DE PRODUÇÃO:

1869-1926

NÍVEL DE DESCRIÇÃO:

Coleção

DIMENSÃO E SUPORTE:

72 liv.; Papel

NOME DO PRODUTOR:

Assembleia Nacional Constituinte

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA / BIOGRÁFICA:

Sessões legislativas durante a monarquia constituinte e da 1.ª república.

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA:

Desconhece-se a história custodial de arquivística desta documentação.

ÂMBITO E CONTEÚDO:

Legislação e atos administrativos do governo de Portugal nos séculos XIX e XX.

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO:

Organizado em quatro séries documentais.

CONDIÇÕES DE ACESSO:

A documentação pode ser consultada, mediante contacto prévio. A consulta está sujeita à autorização do Provedor.

IDIOMA E ESCRITA:

Português

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO:

Guia, inventário

NOTA DO ARQUIVISTA:

Descrição elaborada por Paula Costa (SCMA).

REGRAS OU CONVENÇÕES:

Orientações para a Descrição Arquivística. 3ª Versão. Lisboa. DGARQ, 2011.

DATA DA DESCRIÇÃO:

2019-2020

Quadro de Classificação

Legislação portuguesa

- SR: 01** Diários da câmara dos deputados (11 liv.) **1869-1833**
- 02** Diários da câmara dos pares do reino (6 liv.) **1869; 1880-83**
- 03** Diários do governo (34 liv.) **1869-1886**
- 04** Legislação portuguesa (21 liv.) **1915-1926**